

Projeto de lei que proíbe exposição das embalagens de cigarros em pontos de venda é aprovado no Senado

A proposta de fim da exposição ou qualquer outra forma de propaganda de cigarros nos pontos de venda, juntamente com o aumento das advertências sanitárias e a proibição de aditivos foi aprovada pelo Senado Federal no dia 12 de novembro. A conquista foi possível graças a um trabalho ativo da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e de seus Protocolos (SE-CONICQ), junto com a rede de organizações parceiras da Política Nacional de Controle do Tabaco. A SE-CONICQ subsidiou tecnicamente os senadores e traçou estratégias de convencimento para que o PLS 769/2015, de autoria do senador José Serra, fosse aprovado. O projeto de lei seguiu para análise e votação na Câmara dos Deputados.

Segundo Tânia Cavalcante, secretária-executiva da CONICQ, a ideia central era a de padronizar cores e formatos das embalagens com o objetivo de enfraquecer a

atratividade do produto, que procura chamar a atenção especialmente de jovens. Porém, o Senado rejeitou essa proposta, aumentando, em troca, as advertências de saúde.

O tabagismo é considerado uma doença pediátrica, uma vez que 80% dos fumantes começam antes dos 18 anos, segundo estudos do Ministério da Saúde. O PLS 769/2015 também proíbe o fumo dentro de automóveis em que estejam presentes menores de idade.

“As medidas são fundamentais para impedir que a indústria do tabaco continue a seduzir crianças e adolescentes para o tabagismo por meio de cigarros com sabores adocicados vendidos em belas embalagens ao lado de balas e chicletes. Precisamos mudar isso”, argumenta Tânia.

A proposta indica que as advertências deverão ser trocadas a cada cinco meses. Também está prevista multa gravíssima, no valor de R\$ 293,47, para o motorista que fumar no carro na presença de um menor de idade.

PESQUISA

Ética em discussão: Instituto recebe treinamento para o sistema CEP/Conep

Representantes de diversos comitês de ética em pesquisa (CEPs) dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, coordenados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), reuniram-se em treinamento realizado em 11 e 12 de novembro, no prédio-sede do INCA. Com apresentações dinâmicas e discussão de temas escolhidos pelos próprios participantes, o evento teve mais de 250 inscrições.

No encontro, foi apresentado o sistema CEP/Conep, que abrange 834 comitês pelo Brasil. Os palestrantes trataram das especificidades éticas das pesquisas científicas com seres humanos, cujos resultados são de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS). Carlos

Henrique Debenedito Silva, que coordena o Comitê de Ética em Pesquisa do INCA, apresentou os indicadores da equipe, que recebeu 195 projetos em 2019. O tempo médio de avaliação foi de 42 dias.

Participaram da abertura do evento o coordenador de Assistência, Gelcio Mendes, representando a Direção-Geral, a coordenadora adjunta da Conep, Gabriela Marodin, e o representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Getúlio Vargas Junior. “Consideramos um reconhecimento à instituição o convite da Conep para sediarmos este evento”, disse Mendes.

Em novembro, o Instituto teve o pesquisador Cláudio Gustavo Stefanoff eleito para compor o pleno da Conep, para o mandato 2020-2024. A lista dos eleitos foi aprovada durante a 323ª Reunião Ordinária do CNS, realizada nos dias 7 e 8.



Carlos Henrique Debenedito Silva apresentou indicadores do Comitê de Ética em Pesquisa do INCA